

124
JF

RELATÓRIO FINAL

O CONSELHO DE DISCIPLINA DA UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA/ FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO, por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP) – cfr. artigo 59.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, alterada e republicada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto – instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista filiado **XXXX**, titular da licença nacional n.º XXX a fim de se apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo antidopagem positivo fora de competição, realizado no dia XXXX, com o nome de código **“AGRACIAR”**, no qual acusou a presença da substância proibida *Metandienona* (substância proibida pertencente à classe S.1.1.a – esteroides androgénicos anabolizantes exógenos -, da Portaria n.º381/2017, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

I. RELATÓRIO DE TRAMITAÇÃO

No âmbito da realização de inquérito prévio, na sequência do controlo antidopagem supra identificado, a ADoP recolheu os seguintes elementos probatórios:

1. Relatório de Ensaio da análise à amostra A (v. fls. 5);
2. Formulário de Controlo Antidopagem (v. fls. 10);
3. Comunicação escrita feita pela UVP-FPC ao atleta, informando-o do resultado positivo da amostra A e da possibilidade de ser requerida a contraanálise (v. fls. 11 a 16);
4. Resposta do arguido, informando que prescindia da realização da contraanálise (v. fls. 17);
5. Comunicação feita pela FPC à ADoP, a informar que o arguido prescindia da realização da contraanálise (v. fls. 17).

O processo disciplinar foi, assim, instaurado no dia 3 de setembro de 2018 (v. fls. 1) e, neste âmbito, foi efetuado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas as seguintes diligências de instrução:

1. Foi junta aos autos a ficha do atleta para a época 2018 (v. fls. 18)
2. Foi enviado ao arguido, e este recebeu, o despacho de abertura do processo disciplinar (v. fls. 19 a 22);

3. Foi remetida ao arguido, e este recebeu, a acusação e a notificação com o agendamento da inquirição, sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa (v. fls. 25 a 29)
4. Foi enviado ao arguido, e este recebeu, o Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, no qual é aceite a renúncia do instrutor Tito Crespo e nomeada a presente instrutora (v. fls. 32 a 35);
5. Foi enviada carta à ADoP, a solicitar informações necessárias para a apensação dos processos (v. fls 35 a 37);
6. Foi reenviada a carta à ADoP referida no ponto anterior, por não haverem sido juntos os documentos anexos (v. fls. 62 a 68);
7. Foi junta ao processo, oficiosamente pela Instrutora, informação sobre o suplemento Tribooster, conforme divulgado no site oficial da empresa que o comercializa (v. fls. 69 a 71);
8. Foi junta ao processo, oficiosamente pela Instrutora, informação sobre o suplemento Wianabol, conforme divulgado no site oficial da empresa que o comercializa (v. fls. 72 a 74);
9. Foi junta ao processo, oficiosamente pela Instrutora, informação sobre o suplemento Maca Root, conforme divulgado no site oficial da empresa que o comercializa (v. fls. 75);
10. Foi proferido Despacho para o arguido, o qual lhe foi notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, se pronunciasse (v. fls. 76 a 87);
11. Foram juntas ao processo informações comerciais sobre o suplemento Fenugreek, conforme divulgada no site oficial da empresa que o comercializa, nas várias dosagens existentes (v. fls. 104 a 112);
12. Foi proferido Despacho para o arguido, o qual lhe foi notificado, para seu conhecimento (v. fls. 113 a 123).

O arguido constituiu mandatário, ofereceu resposta escrita à acusação e enviou vários requerimentos para o processo, contudo, na data designada para a sua inquirição, não compareceu, nem solicitou o reagendamento.

Antes de avançar, cabe explicar nesta sede o seguinte: a determinada altura do processo, a instrutora verificou que o presente processo disciplinar e o processo disciplinar n.º06/18_UVP/FPC têm como arguido o Sr. XXXX foram instaurados na sequência de controlos realizados em dias seguidos (XXXX), e neles foi detetada a mesma substância proibida em ambos os casos. Atendendo a todos estes motivos, por lhe parecer possível a existência de uma conexão entre os processos, a instrutora enviou uma carta dirigida ao Presidente da ADoP, questionando esta autoridade sobre se se tratava ou não de uma mesma toma, a fim de verificar a existência da referida conexão e, assim, apensá-los.

Ademais, essa apensação foi requerida pelo arguido na em várias cartas que endereçou para o processo.

Assim procedeu a Instrutora por a ADoP ser a autoridade máxima na luta antidopagem em Portugal, titular do poder originário em matéria de responsabilidade disciplinar por infrações antidoping e, portanto, quem tem competência, nos termos da Lei, para determinar a existência de uma infração às normas antidopagem. Acresce que foi esta mesma Autoridade quem determinou, *ab initio*, a abertura de dois processos disciplinares distintos (como resulta expresso dos Ofícios que levaram à abertura deste processo e do Proc. Disciplinar n.º06/18_UVP/FPC. E, como tal, no entendimento da Instrutora, é a mesma ADoP quem deve, por maioria de razão, admitir a dita apensação.

Contudo, volvidos 2 (dois) meses desde o envio da referida carta à ADoP, a instrutora não rececionou qualquer resposta por parte desta Autoridade.

Acresce, por outro lado, que o arguido, não obstante ter pedido a apensação, nada disse nem fez qualquer prova a respeito da verificação dos pressupostos de conexão, que legitimam a apensação (cfr. artigos 24.º e 29.º do Código de Processo Penal, aqui subsidiariamente aplicável).

Aqui chegados, necessário se torna levar em conta que a UVP-FPC apenas tem competência para tramitar os processos disciplinares e decidi-los no prazo de 120 dias (artigo 59.º, n.º1 e 5 da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, e do artigo 56.º, n.º1, do Regulamento Antidopagem da UVP-Federação Portuguesa de Ciclismo), e que, caso não o faça, incumpe os seus deveres legais em matéria de dopagem. Ora, tal período tem início na data em que a UVP-FPC recebe a notificação da ADoP, dando conta da existência de indícios de uma violação de norma antidopagem (artigo 59.º/5 da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, e artigo 60.º, n.º2 do Regulamento Antidopagem da UVP-Federação Portuguesa de Ciclismo), o que, no caso concreto, ocorreu no dia 03/09/2018, pelo que o prazo termina no próximo dia 03/01/2019.

E como tal, face ao exposto, sem outra opção, entendeu a Instrutora indeferir o requerido pelo arguido e avançar com a elaboração deste relatório final, concluindo em seguida o processo ao Conselho de Disciplina, possibilitando a este órgão a tomada de uma decisão no prazo que lhe é legalmente concedido para o efeito, e considerar o silêncio da ADoP como uma reafirmação da vontade que, na verdade, havia já manifestado quando ordenou a abertura de dois processos diferentes.

Para além sito, importa ainda consignar que em nenhum momento do inquérito resultou que a conduta do arguido tenha sido auxiliada, ou de qualquer outra forma comparticipada, por elementos do pessoal de apoio ao praticante desportivo, motivo pelo qual não houve outros acusados (conforme resulta do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto).

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do processo disciplinar são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Importa, nesta sede, explanar e analisar criticamente toda a prova realizada durante o inquérito, bem como a defesa eventualmente apresentada pelo arguido, a fim de determinar quais os factos que se devem considerar provados e quais os factos que se devem considerar não provados.

Apurados os factos provados, verificar-se-á se os mesmos se subsumem, ou não, às normas legais e regulamentares aplicáveis, concluindo-se enfim pela condenação ou, inversamente, pela absolvição do arguido.

i) DA PROVA REALIZADA

No presente processo disciplinar, o arguido está acusado da prática de um ato de dopagem por ter sido ter sido detetada no líquido orgânico que lhe foi recolhido pela ADoP no dia 23/06/2018, a presença de uma substância proibida. Tal circunstância constitui, sem mais, uma violação ao artigo 3.º, n.º2, al. a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto [artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo] e, consequentemente, consubstancia a prática de um ilícito disciplinar, nos termos do disposto no artigo 56.º, n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

A acusação fundou-se no relatório de ensaio da amostra n.º A4293927, realizado no UGENT – DoCoLAB – DEPARTMENT OF CLINICAL CHEMISTRY, MICROBIOLOGY AND IMMUNOLOGY, no qual foi detetada na amostra a presença da substância proibida *Metandienona*, pertencente à classe S.1.1.a – Esteróides androgénicos anabolisantes exógenos - da Portaria n.º381/2017, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos.

Notificado do resultado adverso da análise, bem como da faculdade de requerer a realização de contraanálise, o arguido prescindiu da mesma (cfr. e-mail de fls. 17), pelo que a análise da amostra B não foi efetuada. Neste mesmo e-mail, o arguido referiu ainda que "(...) *Em abono da verdade, desejo esclarecer que após uma lesão que tenho no joelho esquerdo de há uns meses a esta parte, entrei para um ginásio por forma a reforçar os membros inferiores e core na tentativa de atenuar as dores. Nessa altura aconselharam-me a tomar suplementos*

naturais, entre proteínas, creatinas e outros que estimulam a produção NATURAL da testosterona e com isso o aumento da massa muscular e melhor recuperação dos treinos. Penso que a junção de 3 deles tenham despoletado este controlo anómalo. (...) Aproveito também para informar que me encontro disponível e caso considerem pertinente, para esclarecer da melhor maneira toda esta situação e se possível atenuar a minha suspensão, visto que é a primeira vez e que fiz essas tomas com a intenção de debelar as dores e nunca melhorar o rendimento desportivo. Caso pretendam, posso também enviar toda a documentação comprovativa da lesão a que anteriormente me referi, com relatórios médicos, Rx, Rmn e Ecografia.”

O arguido apresentou resposta escrita à acusação, assinada por si, na qual alegou, *inter alia*, que “Serve a presente carta para justificar os controlos positivos previamente assumidos por mim e demonstrar que se tratou de um caso de negligência e não de um recurso consciente a práticas dopantes. Conforme previamente explicado nos emails que seguiram para a FPC, houve de facto recurso á toma de suplementos naturais e não a toma consciente de uma substância dopante. Ao adquirir os produtos tão vulgarmente denominados como naturais, estava conscientemente a achar que não teriam implicações com controlos positivos, pois o objectivo foi sempre o de manter a produção natural no meu organismo, dada a carga de treinos que me encontrava a efetuar. Tomei esses ditos produtos naturais como os habituais complexos vitamínicos. Percebo agora que os produtos vulgarmente denominados naturais, podem ter uma composição química e que ao que parece, facilmente detectados num controlo.. Como é evidente, caso soubesse desta situação nunca teria recorrido aos mesmos, pois estaria a por em causa uma carreira até ao momento imaculada. Assim sendo, envio abaixo os dados sobre os produtos e marcas que me encontrava a administrar na altura:

Produtos naturais:

Tribooster 2000-Marca: Biotech USA

Wianabol – Marca: Biotech USA

Fenugreek – Marca: Prozis

Maca Root 750mg – Marca: Prozis

Vitaminas:

Viterra

Magnesona

Vitamina C

Ferro

Na expectativa de que tenham em consideração todo o meu histórico como atleta e ex-treinador que sempre apoiei um desporto limpo, aguardo pela boa análise deste tema tão delicado e doloroso para mim. (...)” – v. fls. 30 a 31.

Tendo verificado a circunstância de o presente processo disciplinar e o processo disciplinar n. 06/18_UVP/FPC terem sido instaurados na sequência de controlos realizados em dias seguidos (XXX), e de ter sido acusada a mesma substância proibida em

ambos os casos, a instrutora enviou uma carta dirigida ao Presidente da ADoP, com o seguinte teor:

"Exmo. Sr. Presidente, Dr. Rogério Jóia,

Na qualidade de Instrutora nomeada nos processos em epígrafe, por Despacho do Sr. Presidente da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, de 4 de outubro de 2018 (em anexo, como doc.1 e doc.2), venho expor e a final requerer a v/ Ex.ª o seguinte:

O Arguido XXX foi submetido aos seguintes controlos antidopagem:

- *Controlo realizado fora de competição, no dia XXX, com o nome de código "AGRACIAR", no qual lhe foi recolhida a amostra n.ºA4293927, a qual revelou a presença da substância proibida Metandienona (pertencente à classe S.1.1.a da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro); e,*
- *Controlo realizado em competição, no dia XXX, com o nome de código "AGRADAR", no qual lhe foi recolhida a amostra n.ºA4293916, a qual revelou igualmente a presença da substância proibida Metandienona (pertencente à classe S.1.1.a da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro).*

Face ao exposto, solicito a v/ Ex.ª que venha aos autos informar se os referidos resultados positivos tiveram ou não origem na mesma toma, ou seja, se procederam ou não da mesma ação, a fim de averiguar da verificação dos requisitos para a apensação dos processos. (...)" – v. fls.35 a 37 e 63 a 68.

Já depois do envio da carta para a ADoP, foi recebida nova defesa apresentada pelo Arguido, desta feita representado por mandatário constituído, na qual referiu, em suma, o seguinte: "O Meu supra identificado ctt/ incumbiu este escritório de o representar no presente processo disciplinar, pelo que requer desde já, que toda a correspondência, seja de hoje em diante, remetida para este escritório. Mais declara que nada tem a opor à nova nomeação de instrutor. Sem prejuízo do acima referido, Entende o Arguido que os processos disciplinares n.º03/18 e 06/18 devem ser convolados num só. Na verdade e atenta a distância temporal das análises aqui em apreço, entendo o arguido que se trata de apenas uma infração. Ainda que assim não se entenda, e tenso disso esta primeira análise realizada **Isto**, porque a primeira análise que deu origem aos P.03/18 foi realizado extra – prova e no dia imediatamente anterior à prova e em consequência ao controlo que deu origem ao P.06/18. Reitera-se todo o teor do já alegado pelo arguido, nomeadamente que: A análise foi efetuada após o arguido ter tomado suplementos vitamínicos e naturais no período da alegada infração. A toma dos referidos produtos, deu-se na sequência de uma lesão que o arguido teve no joelho esquerdo. Na sequência da lesão supra referida, o arguido efetuou diversos tratamentos e tomou a medicação conforme resulta de doc.1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10 que se juntam. O arguido começou então a frequentar fisioterapia e um ginásio por forma a reforçar os membros inferiores e na tentativa de atenuar as dores que padecia. Foi neste período, que o arguido foi aconselhado a tomar suplementos naturais. Entre os períodos em causa, este tomou proteínas, creatinas e outros que estimulam a produção natural de testosterona e consequente

aumento de massa muscular. Foram estes três produtos que despoletaram o controlo anómalo. A intenção do arguido, foi sempre a de debelar as dores e nunca melhorar o seu rendimento desportivo ou alterar a verdade desportiva. O arguido desconhecia que poderia estar a introduzir no seu organismo qualquer substância proibida nem nunca foi a sua vontade recurer a qualquer método proibido. O Arguido sempre teve uma conduta exemplar em todas as provas desportivas em que participou. O arguido, até à presente data, nunca teve qualquer teste positivo ou qualquer condenação pelos factos aqui em apreço. O Arguido é atleta amador, não retirando qualquer proveito económico das suas participações em eventos desportivos. O único proveito que este tira, é a sua convivência com toda a gente envolvida no mundo do ciclismo, o seu bem-estar físico, psíquico e social. Dos factos supra vertidos, resulta que a culpa e o benefício económico ou desportivo que este retirou da prática da alegada contraordenação é diminuta. Tratando-se de negligência, os limites mínimo e máximo das sanções a aplicar deverão ser reduzidos ao mínimo, (...)” – v. fls. 39 e 40 e 50 e 51.

Em anexo à sua defesa, o Arguido juntou ainda vários documentos, em cópias, designadamente: (i) relatórios médicos (v. fls. 41 a 43, 47, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 60); (ii) faturas de consultas em hospital privado (v. fls. 44, 46, 48, 54, 57, 59, e 61); e, (iii) procuração outorgada a favor do Dr. Paulo Petiz (v. fls. 49).

Por não ter enviado os anexos juntos à carta enviada ao Presidente da ADoP, a instrutora procedeu ao reenvio da mesma (v. fls. 62 a 68).

Depois, a instrutora juntou oficiosamente a informação comercial dos suplementos cuja toma foi declarada pelo Arguido, designadamente, Tribooster 2000mg da Biotech USA (v. fls. 69 a 71), Wianabol da Biotech USA (v. fls. 72 a 74), e Maca Root 750mg, da Prozis (v. fls. 75).

Chegada a esta fase, a instrutora proferiu Despacho para ser notificado ao Arguido, com o seguinte teor:

“(…) Analisados os documentos juntos aos autos pela defesa, a fls. 30 e 31 e 38 a 61, verificou-se que o Arguido apresentou, como justificação para a presença da substância proibida Metandienona no seu organismo, a administração de vários produtos naturais, a saber: Tribooster 2000 mg, da marca BiotechUSA; Wianabol, da marca BiotechUSA; Fenugreek, da marca Prozis; e Maca Root 750mg, da marca Prozis.

A este respeito:

- i. O produto Fenugreek, da marca Prozis, está disponível para venda em várias dosagens, cada uma com diferentes composições, pelo que deverá o Arguido indicar qual delas tomou.*
- ii. Os produtos acima referidos, incluindo o produto Fenugreek, em qualquer das dosagens disponíveis para venda, não contêm a substância Metandienona na sua composição (cfr. docs. 1 a 7), pelo que a toma dos mesmos não justifica a presença da referida substância no organismo do Arguido. Nestes termos, deve o Arguido ser notificado para, em 5 (cinco) dias, vir aos autos alegar o que tiver por conveniente a este respeito.*

Notifique-se ainda o Arguido para vir aos autos juntas os originais dos relatórios médicos que apresentou, juntamente com a sua defesa. (...)” – v. fls. 76 a 87 e fls. 72 a 83 do apenso.

Após ser notificado do referido Despacho, o arguido endereçou resposta escrita aos autos, com o seguinte teor: “(...) XXXXXXXXXXXX, Arguido no processo supra referido, vem face ao Douto despacho que solicitava a junção dos originais dos documentos já juntos, vem informar que os originais solicitados, já foram remetidos para o processo 01/18. Sem prejuízo do acima referido, Reitera o Arguido que os processos disciplinares n.º 03/18 e 06/18 devem ser convolados num só, conforme o já requerido. Reitera-se mais uma vez todo o teor do já alegado pelo arguido e face ao Douto despacho, esclarece-se que: O meu constituinte, como já referiu no presente processo, não acusou a substância proibida – Metandienona, mas sim a substância 18B-Hydroxymethyl-nor-adrost-1,4,13-trien-3-one, que não é proibida e que na opinião de um especialista “PODE” advir de uma toma de um produto que contenha Metandienona. Essa toma foi sempre negada pelo meu ctt/. A referência que se faz aos produtos que o Arguido tomava, não foram para justificar um controlo alegadamente positivo, mas sim uma colaboração total com V^{as}ex^{as}, no intuito de esclarecer a situação da alegada toma de substâncias ilegais. Reitera-se, pois, que o meu cliente não tomou qualquer substância proibida. O que está em causa nesta defesa, é a integridade moral e ética do arguido, que não se pode conformar com uma opinião ainda que emitida por um especialista como atrás se referiu e daí que concluir que o meu ctt/ tomou qualquer substância proibida. Estamos certos ainda, que se nos produtos naturais referidos pelo meu ctt/, não tiverem qualquer substância proibida é porque efetivamente nem sequer de forma inconsciente, quanto mais de forma consciente, o meu ctt/ se encontrava a administrar uma substância proibida.” – v. fls. 89 e 90.

Juntamente com esta resposta, o arguido juntou aos autos: (i) original do relatório médico respeitante a “Ressonância Magnética do Joelho Esquerdo”; (ii) documentação original e fatura respeitante a ecografia articular, realizada ao joelho esquerdo, no hospital; (iii) declaração passada em nome da sociedade detentora da clínica “Fisiomozelos”, na qual se refere que os restantes relatórios médicos, em originais, estão na posse da seguradora que respondeu ao acidente no qual o Arguido se lesionou; (iv) cópias dos referidos relatórios – v. fls. a 91 a 103.

Como o arguido não indicou nos autos qual das dosagens disponíveis do suplemento Fenugreek é que tomava, a instrutora, por considerar essencial para a produção de prova, juntou aos autos a informação comercial de todas as doses disponíveis na marca Prozis (v. fls. 104 a 112).

Por fim, não tendo obtido, em devido tempo, resposta do presidente da ADoP ao pedido de informações para a apensação de processos, a instrutora proferiu Despacho, o qual notificou ao arguido, a indeferir o pedido de apensação de processos (v. fls. 113).

Entendendo não existirem quaisquer diligências adicionais para a descoberta da verdade, e tendo o arguido tido oportunidade de deduzir toda a defesa que entendeu necessária, a Instrutora prosseguiu para a elaboração de relatório final.

ii) FACTOS PROVADOS E MOTIVAÇÃO

Os elementos probatórios recolhidos durante o inquérito foram objeto de análise crítica e ponderada, a qual permitiu dar como provados os seguintes factos:

1. O arguido é ciclista amador, pertencente à classe Master 40, titular da licença nacional n.º XXX, emitida pela UVP-FPC para a época 2018.
2. No dia 23 de junho de 2018, o arguido foi sujeito a um controlo antidopagem fora de competição realizado pela ADoP, com o nome de código "AGRACIAR", durante o qual lhe foi recolhida uma amostra de urina n.ºA4293927.
3. A análise à amostra n.ºA4293927, realizada no UGENT – DoCoLAB – DEPARTMENT OF CLINICAL CHEMISTRY, MICROBIOLOGY AND IMMUNOLOGY revelou a presença da substância *Metandienona* no líquido orgânico recolhido no organismo do arguido.
4. O arguido prescindiu da análise à amostra B, pelo que a mesma não foi efetuada.
5. Em dia e circunstâncias não concretamente apuradas, mas ocorridas em finais de 2017, o arguido sofreu uma lesão no joelho esquerdo.
6. A partir de dia não concretamente apurado, mas posterior à lesão sofrida no joelho esquerdo, o arguido começou a tomar, para recuperar da lesão, os suplementos Tribooster 2000, da marca Biotech USA, Wianabol, da marca Biotech USA, Fenugreek, da marca Prozis, e Maca Root 750 mg, da marca Prozis.
7. No Formulário de Controlo o arguido apenas declarou, no campo "Declaração de medicamentos / suplementos", a toma de multivitamínicos.
8. O arguido não fez qualquer pedido de Autorização de Utilização Terapêutica à ADoP, para a toma de qualquer medicamento.
9. Ao administrar ou permitir a administração da substância proibida no seu organismo, o arguido agiu de forma livre e consciente, sem o cuidado necessário para se assegurar de que cumpria o dever de diligência a que estava adstrito e de cujo cumprimento era capaz.

Os factos dados como provados resultam da conjugação de todo o acervo probatório junto aos autos, conjugados com as regras da experiência comum, interessando destacar os documentos juntos pela ADoP em sede de inquérito prévio (v. fls. 5, 10, e 11 a 17), a comunicação do arguido prescindindo da contraanálise (v. fls. 17), a ficha de inscrição do atleta na época 2018 (v. fls. 18), a defesa apresentada pelo Arguido (v. fls. 30, 31, 39, 40, 51, 52, 89 e 90), bem como os documentos anexos, e as informações comerciais dos suplementos declarados que o Arguido declarou ter tomado (v. fls. 69 a 87 e 104 a 112).

Mais concretamente, o facto provado 1. resulta provado da ficha de inscrição do atleta na época 2018, junta a fls. 18. O facto provado 2. resulta provado do Formulário de Controlo junto a fls. 10 e, para além disso, não foi posto em causa pelo Arguido. O facto provado 3. fica provado pelo documento de fls. 5, que é o Certificado da Análise realizado pelo UGENT – DoCOLAB, importando nesta sede referir o seguinte: as diversas teses apresentadas pelo arguido ao longo da fase instrutória deste processo não vêm afastar esta conclusão, por diversos motivos, que se passarão a expor. Em primeiro lugar, veja-se que, tanto na primeira comunicação que envia à UVP-FPC (v. fls. 17), como na defesa que enviou, assinada por si, às acusações (v. fls. 25 a 29), o Arguido refere, de forma inequívoca, que tomou suplementos e que entende que os suplementos estarão na origem do resultado positivo obtido nos dois controlos aqui em causa. Na sua defesa, o arguido chega mesmo a referir que *“Percebo agora que os produtos vulgarmente denominados de naturais, podem ter uma composição química e que ao que parece, facilmente detectados num controlo. Como é evidente, caso soubesse desta situação nunca teria recorrido aos mesmos, pois estaria a por em causa uma carreira até ao momento imaculada.”*. Até aqui, poderíamos dizer que o Arguido, não só aceitou o resultado positivo, como inclusive faz referência a uma causa provável desse resultado. Contudo, após receber o Despacho da instrutora, na qual esta dá conta de que os referidos suplementos não contêm, na sua composição, a referida substância, o arguido adota uma defesa que, ao que parece, vem contrariar a primeira, atacando o resultado constante do Certificado de Análise, e dizendo que *“(…) não acusou a substância proibida – Metandienona, mas sim a substância 18B-Hyroxymethyl-nor-adrost-1,4,13-trien-3-one, que não é proibida e que na opinião de um especialista “PODE” advir de uma toma de um produto que contenha Metandienona. Essa toma foi sempre negada pelo meu ctt/. A referência que se faz aos produtos que o Arguido tomava, não foram para justificar um controlo alegadamente positivo, mas sim uma colaboração total com V^{as}ex^{as}, no intuito de esclarecer a situação da alegada toma de substâncias ilegais. Reitera-se, pois, que o meu cliente não tomou qualquer substância proibida. (...)”*. Ora, a este respeito, prescreve o artigo 9.º/5, al. a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto que em casos de dopagem aplicam-se as seguintes regras sobre a prova: *“Presume-se que os laboratórios acreditados pela AMA que efetuaram as análises de amostras respeitaram procedimentos de segurança estabelecidos pela Norma Internacional de Laboratórios da AMA”*. O n.º3 do mesmo artigo refere que *“Recaindo o ónus da prova sobre o praticante desportivo ou outra pessoa, de modo a ilidir uma presunção ou a demonstrar factos ou circunstâncias específicas, a prova é considerada bastante se permitir pôr fundadamente em causa a violação de uma norma antidopagem (...)”*. Isto significa, portanto, que não basta, para afastar a responsabilidade disciplinar do Arguido, por em causa, sem quaisquer fundamentos e sem quaisquer contraprovas, o conteúdo do relatório de análise emitido pelo laboratório. O Certificado de Análise, porque é uma prova pericial, emitida por pessoas imparciais e com conhecimentos técnico-científicos, apenas pode ser posto em causa de forma fundada, justificada, pelo que as alegações do Arguido, feitas desta forma, sem apresentação de

qualquer prova em contrário, não têm a virtualidade de enfraquecer a força probatória deste elemento. Dito isto, também não se percebe de onde extraiu o Arguido a conclusão de que a *"substância 18B-Hyroxymethyl-nor-adrost-1,4,13-trien-3-one, que não é proibida e que na opinião de um especialista "PODE" advir de uma toma de um produto que contenha Metandienona"*, por duas razões. A primeira, porque a substância 18B-Hyroxymethyl-nor-adrost-1,4,13-trien-3-one é, conforme resulta do Certificado de Análise, um metabolito da Metandienona, e a presença dos metabolitos de uma substância proibida no organismo de um praticante desportivo também constitui violação do artigo 3.º/1, a) da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto. A segunda, porque em parte alguma do Certificado de Análise consta a conclusão do arguido vertida no excerto aqui transcrito, pelo que concluímos que o arguido, na melhor das hipóteses, estará a referir-se a um outro qualquer especialista que não aqueles que fizeram análise do seu líquido orgânico. Porém, para poder valer-se de outros pareceres especializados, os mesmos deveriam ter sido juntos, em originais assinados, ao presente processo, o que não sucedeu. O facto provado 4. fica provado pela comunicação feita pelo arguido e junta aos autos (v. fls. 17). O facto provado 5. fica provado da vária documentação junta aos autos pelo Arguido, designadamente: (i) relatórios médicos (v. fls. 41 a 43, 47, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 60); (ii) faturas de consultas em hospital privado (v. fls. 44, 46, 48, 54, 57, 59, e 61). O facto provado 6. resulta provado das várias comunicações enviadas pelo Arguido ao processo, no âmbito da sua defesa, conjugado com as regras da experiência, uma vez que, apesar de o arguido não ter juntado qualquer elemento que permitisse concluir que o mesmo toma, efetivamente, os referidos suplementos, estamos em face de uma alegação que não abona a favor do mesmo, uma vez que é hoje pacificamente aceite que, dada a quantidade de informação veiculada pelas federações nacionais e internacionais alertando para os riscos de contaminação destes suplementos, um atleta que os tome está necessariamente a por em causa os seus deveres acrescidos de prudência (*"utmost caution"*), pelo que não se vislumbra motivo razoável para o invocar caso não correspondesse à verdade. O facto provado 7. resulta provado da mera observação dos formulários de controlo juntos aos autos. O facto provado 8. resulta provado da falta de indicação desse facto, não só por parte da ADoP como por parte do arguido. O facto provado 9. fica provado por confissão do Arguido em sede de defesa escrita (v. fls. 30, 31, 39, 40, 51 e 52) e, ainda, de prova indireta ou indiciária. Apesar de o Arguido ter vindo mais tarde por em causa o resultado, certo é que a ADoP apresentou elementos de prova que gozam de presunção de veracidade quanto aos factos nele constantes e essa presunção não foi afastada pelo arguido que, em bom rigor, não soube justificar a presença da substância *Metandienona* no seu organismo, e naturalmente nada disse que pudesse refutar a prova presente nos presentes autos e afastar a sua responsabilidade disciplinar. A este respeito, note-se que ao filiar-se como ciclista na FPC, o Arguido ficou sujeito a um conjunto de deveres que vão para além da normal diligência exigida ao *homem médio*, sendo exigido aos atletas que garantam que não é introduzido no seu organismo qualquer substância proibida (artigo 5.º/1 da Lei 38/2012, de 28 de agosto). Neste sentido, os atletas são responsabilizados

por qualquer substância proibida ou os seus metabolitos ou marcadores encontrados nas suas amostras orgânicas (artigo 6.º/1 da Lei 38/2012, de 28 de agosto). Ora, face a este quadro, não resta se não concluir que o arguido atuou, pelo menos, de forma livre e consciente, mas sem o cuidado a que estava obrigado e de que era capaz. Entender de forma diferente, com base numa defesa vaga e sem grandes explicações, como a defesa do Arguido, seria, aliás, inviabilizar totalmente o combate ao *doping*.

iii) FACTOS NÃO PROVADOS E MOTIVAÇÃO

Com relevância para a decisão da causa, foi dado como não provado o seguinte facto:

1. O resultado obtido no controlo antidopagem fora de competição realizado pela ADoP, com o nome de código "AGRACIAR", durante o qual foi recolhida ao arguido a amostra de urina n.ºA4293927, foi consequência da toma, pelo arguido, dos suplementos Tribooster 2000, da marca Biotech USA, Wianabol, da marca Biotech USA, Fenugreek, da marca Prozis, e Maca Root 750 mg, da marca Prozis.

A motivação quanto ao facto dado como não provado resulta, igualmente, da conjugação de todo o acervo probatório junto aos autos, conjugados com as regras da experiência comum, interessando também aqui destacar todos os documentos a que se fez referência na motivação dos factos provados. Mais concretamente, o facto não provado 1. fica não provado pela circunstância de a informação comercial existente sobre os produtos Tribooster 2000, da marca Biotech USA, Wianabol, da marca Biotech USA, Fenugreek, da marca Prozis, e Maca Root 750 mg, da marca Prozis (única informação disponível, uma vez que se tratam de produtos não regulados), não permite concluir de outra forma. De facto, segundo foi possível apurar, os medicamentos Tribooster 2000mg, da marca Biotech USA, Wianabol, da marca Biotech USA, Fenugreek, da marca Prozis, e Maca Root 750 mg, da marca Prozis, não contêm nas suas composições a substância *Metandienona*, pelo que, por maioria de razão, a mera alegação, por parte do arguido, de que os mesmos podem ter sido a causa da presença da referida substância proibida no seu organismo não é suficiente para se poder dar como provado que essa terá, de facto, sido a causa. Tal só poderia ocorrer caso o arguido, por exemplo, o demonstrasse através de prova pericial, uma vez que estamos em face de uma matéria de natureza técnico-científica, prova que, aliás, poderia ter feito quando foi notificado do Despacho de fls. 76 a 87). A isto não obsta o facto de, tal como aludimos acima, haver uma considerável probabilidade, já reconhecida pelas federações nacionais e internacionais, de estes suplementos, por não serem regulados, conterem substâncias proibidas não indicadas nos rótulos. Esta é, apenas, uma probabilidade, o que não significa que ocorra sempre em todos os casos. Nestes termos, para assim se concluir num caso concreto, necessário se torna que o

Arguido, porque se trata de prova a seu cargo, demonstre isso mesmo, com segurança suficiente para se dar tal causalidade como verificada. Não tendo havido tal prova nos presentes autos, resta dar esses factos como não provados.

iv) DO DIREITO

Apurada a factualidade dada como provada, segue-se a operação de subsunção desses factos às normas legais e regulamentares aplicáveis as quais deverão, portanto, ser enunciadas nesta sede.

Assim:

Nos termos do disposto no artigo 5.º da citada Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto e, também, do Regulamento Antidopagem da UVP- Federação Portuguesa de Ciclismo, o praticante desportivo tem o dever de se assegurar que não introduz ou é introduzida no seu organismo qualquer substância proibida, sendo em consequência responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença (art.º 6.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto).

Por sua vez, de acordo com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto [e artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo], constitui violação das normas antidopagem por parte dos praticantes desportivos:

"a) A mera presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, numa amostra A de um praticante desportivo, quando o praticante desportivo prescinda da análise da amostra B e a amostra B não seja analisada, quando a análise da amostra B confirme a presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, encontrada na amostra A ou quando a amostra B seja separada em dois recipientes e a análise do segundo recipiente confirme a presença da substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, presente no primeiro recipiente;"

Ora, atendendo aos factos provados 2. a 4., temos que todos os elementos objetivos das normas em causa se encontram cabalmente preenchidos.

Por outro lado, quanto ao elemento subjetivo da norma, este prende-se em resumo, com a existência, ou não, da culpa, enquanto pressuposto e limite da sanção que há-de aplicar-se ao Arguido (artigo 12.º do Regulamento Antidopagem da UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo e artigos 13.º e 40.º, n.º2, do Código Penal). A culpa pode surgir de uma de duas formas: dolo (conhecimento e vontade de realização do facto ilícito típico, ou seja, composto

por um momento intelectual e um momento volitivo), ou negligência (violação de um dever a que se está obrigado e que se é capaz de cumprir).

Para analisar devidamente estes conceitos em âmbito disciplinar, há que convocar o artigo 12.º, alínea d), dos Estatutos da UVP-FPC, nos termos do qual todos os sócios estão sujeitos ao dever de "*Cumprir a regulamentação e sujeitar-se à disciplina da modalidade.*". Ora, os atletas são sócios da UVP-FPC e, por consequência, estão obrigados àquele dever. Para além disso, para cumprir os Regulamentos há que os conhecer, pelo que é forçoso concluir que os sócios da UVP-FPC estão obrigados a apreender aqueles instrumentos normativos. Por outro lado, não é concebível que alguém queira voluntariamente fazer parte de uma competição desportiva, organizada por uma federação, sem que deva inteirar-se de todas as normas que a envolvem. Não só porque isso é fundamental para a sua integração na organização, como porque pode vir a ser punido na sua esfera pessoal pela aplicação dessas normas.

Aqui chegados, para indagar da existência de culpa no caso em apreço, e atendendo à circunstância de não ter sido possível apurar a causa da presença da substância proibida *Metandienona* no organismo do Arguido, importa em primeiro lugar averiguar se o arguido sabia, ou não, que tal substância se encontrava no seu organismo.

Sobre este ponto, segundo a materialidade dada como provada, o arguido sofreu uma lesão no joelho esquerdo (facto provado 5.) e, em consequência, disso, começou a tomar suplementos para reforçar a zona da lesão (facto provado 6.), alegando que tais suplementos deveriam ser a causa do resultado positivo para a substância *Metandienona*. Contudo, ao analisar a composição dos referidos suplementos, a instrutora constatou que os mesmos não contêm aquela substância, pelo que, com aqueles elementos, não seria possível concluir nesse sentido. O arguido foi notificado do Despacho contendo essa conclusão, e no qual a instrutora confere ao arguido oportunidade de se pronunciar, no sentido que entender conveniente, quanto a essa circunstância. Face a este Despacho, como já se referiu acima, o arguido veio fazer alegações que entendemos contraditórias com as primeiras declarações escritas remetidas para os autos, pois pela primeira vez decide atacar, com meros levantamentos de dúvidas insustentados, o resultado pericial obtido. À parte disto, o arguido não fez, como lhe caberia, quaisquer requerimentos de prova que permitissem aferir da possibilidade de os concretos suplementos por si tomados estarem contaminados (pelo que tal circunstância permaneceu como uma probabilidade fraca ou pouco viável), nem prestou quaisquer esclarecimentos capazes de explicar qual terá sido, afinal, a causa da presença da substância proibida no seu organismo. Contudo, certo é que a mesma lá se encontrava e, por isso, 'legítimo concluir que lhe foi administrada (auto-administrada ou hetero-administrada). E este facto, absolutamente nuclear, não foi posto em causa, ao menos de forma idónea, pelo arguido.

Em face disto, não sendo todavia possível afirmar o dolo, não restam contudo dúvidas de que o arguido terá agido, pelo menos, seguramente, com negligência consciente.

Como temos vindo a referir, no que à ingestão de substâncias diz respeito, a Lei põe a cargo dos atletas um dever de diligência superior, acrescido, que vai para além da normal diligência do *homem médio*. Entende-se, neste aspeto, que os atletas têm um especial dever de controlar tudo o que ingerem, por forma a não praticarem atos de dopagem e, assim, defraudarem a verdade desportiva. O alcance desta obrigação é grande, desde logo atendendo à quantidade de substâncias elencadas na Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, pelo que este dever só se cumpre cabalmente se os atletas, antes de decidirem tomar qualquer produto, adotarem os seguintes comportamentos: *i.* verificar, eles próprios, a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, confrontando-a com as substâncias constantes dos rótulos dos produtos que tomam; e, *ii.* procurar aconselhamento especializado antes de iniciar a toma, nomeadamente, através da consulta do médico da equipa ou, não o tendo, contactando a Linha Azul da ADoP (cujo número de telefone, fax e endereço electrónico constam do site deste organismo na internet).

Ora, no caso, está provado que o arguido acusou a presença da substância proibida *Metandienona* no seu organismo (facto provado 3.), e está provado ainda que este administrou suplementos naturais, designadamente os suplementos Tribooster 2000mg, da marca Biotech USA, Wianabol, da marca Biotech USA, Fenugreek, da marca Prozis, e Maca Root 750 mg, da marca Prozis (facto provado 6.). Contudo, não se provou que essa administração tenha sido a causa da substância proibida, pelo que para todos os efeitos não se sabe como é que a referida substância entrou no organismo do arguido (facto não provado 1.). Esta situação, assim descrita, revela uma posição do arguido que é por demais censurável. Isto assim porque é de facto exigível que o arguido tenha conhecimento de tudo o que entra no seu organismo, e seja rigoroso nesse controlo, sob pena de o seu comportamento não se reconduzir aos níveis de exigência a que está sujeito e de que é capaz. Nestes termos, para afastar a censurabilidade da sua conduta, o arguido teria que provar, de forma coerente e consistente, que tal facto não se deveu a uma qualquer conduta, pelo menos negligente, da sua parte. Tal sucederia se, por exemplo, o arguido demonstrasse que a substância lhe foi administrada por um profissional de saúde, e que este profissional de saúde lhe tivesse dito que se tratava de uma outra substância não proibida. Contudo, o caso dos autos é bem diferente: é que, estando em causa a presença da substância proibida *Metandienona* no organismo do arguido, este vem referir que tomava suplementos naturais, nos quais a dita substância, objetivamente, não se encontra. Pelo que, se a substância se encontrava no seu organismo e não resultou da toma de nenhum destes suplementos, temos que, pelo menos, o atleta se comportou de forma imprudente, sem atuar com o cuidado a que estava obrigado e de que era capaz, daí resultado uma situação de desconhecimento quanto à origem do resultado adverso, que lhe é censurável.

Em face da argumentação *supra* exposta, concluimos pela total verificação dos elementos objetivos e subjetivos da norma, sendo por isso legítimo concluir que o Arguido praticou a infração de que vem acusado [prevista no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto e no artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP- Federação Portuguesa de Ciclismo] e, por isso, deve ser condenado.

Aqui chegados, vejamos qual o regime sancionatório aplicável, em abstrato, ao Arguido.

A *Metandienona* é uma substância proibida pertencente à classe S.1.1.a – esteroides androgénicos anabolizantes exógenos -, da Portaria n.º381/2017, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos.

Nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, o "(...) *praticante desportivo é punido, tratando - se de primeira infração:*

- a) *Com pena de suspensão por um período de 4 anos, se a conduta for praticada a título doloso;*
- b) *Com pena de suspensão por um período de 2 anos, se a conduta for praticada a título de negligência."*

Não existindo elementos no processo que permitam dar como provado que o arguido atuou com dolo, temos por certo, ao abrigo do princípio *in dubio pro reo*, que o arguido atuou, apenas, com negligência, pelo que a sua conduta será enquadrável no disposto na alínea b) do citado artigo 61.º.

Posto isto, tratando-se de primeira infração, por uso de substância proibida, ao arguido são aplicáveis, cumulativamente, as seguintes sanções:

- i. Pena de suspensão por um período de 2 anos – conforme artigo 61.º, n.º1, al. b), da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto [artigo 16.º, n.º1, al. b) do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo];
- ii. Invalidação do resultado individual obtido na competição no âmbito da qual foi realizado o controlo, com todas as consequências daí resultantes, incluindo a retirada de medalhas, pontos e prémios – conforme artigo 74.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto [artigo 25.º, n.º1, do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo];
- iii. Anulação de todos os outros resultados desportivos alcançados a partir da data em que a amostra positiva foi recolhida, nos termos do disposto pelo artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto [artigo 26.º do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo];

- iv. Multa de valor compreendido entre €500 e €5.000, nos termos do disposto pelo artigo 28.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC.

Importa ainda referir que, uma vez que o arguido se encontra suspenso preventivamente desde o dia 3 de setembro de 2018, o período já cumprido deverá ser descontado à sanção de suspensão que vier a ser aplicada, nos termos do disposto pelos artigos 37.º, n.º2, da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto, e 31.º, n.º2 e 54.º, n.º8, do Regulamento da UVP-Federação Portuguesa de Ciclismo.

III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

A determinação da medida da pena deve ser feita em função dos critérios gerais previstos no artigo 14.º n.º 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, e no artigo 71.º do Código Penal, nomeadamente, a culpa do Arguido e as exigências de prevenção, sendo certo que, na consideração das exigências de prevenção procura-se satisfazer a necessidade comunitária de punir a conduta e, consequentemente, realizar eficazmente as finalidades da pena, e, à consideração da culpa, preside a exigência do respeito pela dignidade da pessoa do Arguido, e visa-se limitar as exigências de prevenção.

Relacionando estes dois conceitos, tem-se que as exigências de prevenção hão-de dar uma moldura dentro da qual a pena se afigura justa, e a consideração da culpa vai impor, no caso concreto, o limite inultrapassável da pena.

Para aferir tanto das exigências de prevenção, como da culpa, há que ter em consideração, então, os fatores de medida da pena, que dizem respeito à execução do facto, à personalidade do agente, e à conduta do agente anterior e posterior ao facto, o que faremos de seguida.

Estes fatores devem ser tidos em conta conjuntamente com eventuais circunstâncias atenuantes e/ ou agravantes, nos termos do artigo 22.º do Regulamento Antidopagem da UVP-Federação Portuguesa de Ciclismo.

A luta contra a dopagem está intimamente relacionada com a preservação de valores que constituem a coluna vertebral do desporto – qualquer que seja a modalidade – como sejam a igualdade de condições entre as várias partes em competição, e a ética desportiva, que se manifesta no *fair play*, lealdade e honestidade para com os restantes agentes desportivos e, ainda, para com os adeptos cuja felicidade e entusiasmo são, afinal, uma importante peça no desporto enquanto fenómeno.

Neste contexto, os atletas estão sujeitos a um elevado grau de exigência em matéria de dopagem, porquanto se está perante um assunto que ameaça tudo aquilo que, segundo se crê, o desporto representa.

Neste contexto, cremos que as consequências associadas a um ato de dopagem são,

normalmente, graves, porque afetam de forma anormal todo o fenómeno desportivo.

O arguido acusou a presença de uma substância proibida sem, contudo, conseguir apresentar uma explicação para esse facto. Ora, mesmo aceitando que tal circunstância não decorreu de uma qualquer ação voluntária da sua parte, há aqui sem margem para dúvidas todo um desconhecimento do arguido que é censurável, uma vez que, em face dos elementos trazidos ao processo, sempre podemos concluir que se este adotasse os comportamentos que lhe são impostos por Lei (e pelos Regulamentos federativos), este resultado não se teria produzido.

Assim, temos que as exigências de prevenção geral se afiguram, *in casu*, elevadas, e que o arguido agiu com negligência, que qualificamos como inconsciente e, no que tange à sua intensidade, também aqui elevada.

Relativamente ao inquérito, entendemos que o arguido poderia ter sido mais colaborante na descoberta da verdade, tendo em conta, por exemplo, que quando por Despacho da instrutora lhe foi solicitado que indicasse qual a dose do suplemento Fenugreek, da marca Prozis, que tomou, este, apesar de responder ao Despacho, nada esclareceu quanto a este ponto.

Não deve, contudo, deixar de se ter em conta que o arguido é primário, não tendo condenações anteriores, e que, como o próprio refere na sua defesa, é um atleta amador, que não retira qualquer proveito económico do ciclismo, apenas o praticando por gosto e para o seu bem-estar.

Todas estas circunstâncias devem ser tidas em conta para a determinação das exigências de prevenção especial, as quais devem ser consideradas medianas, uma vez que, atenta a postura do arguido durante o processo, não podemos concluir, com suficiente grau de certeza, se este processo terá, ou não, o necessário impacto corretivo na sua conduta.

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, por se julgar suficiente tanto em termos preventivos como punitivos, estando em causa a toma de uma substância proibida específica, propomos ao Conselho de Disciplina a aplicação ao Arguido das seguintes sanções:

- i. **Pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 2 anos** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 61.º, n.º1, al. b) da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto - **ao qual deve ser deduzido o período de suspensão preventiva a que o Arguido se encontra sujeito desde XXXX**, nos termos do disposto pelo artigo 37.º, n.º2, da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto, e 31.º, n.º2 e 54.º, n.º8, do Regulamento da UVP-Federação Portuguesa de Ciclismo;

- ii. Anulação do resultado obtido na prova em que acusou positivo
-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-, aplicada ao abrigo do disposto no artigo 74.º
n. 1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- iii. Invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em
que tenha participado a partir do dia XXXX(data da prática da infração); e,
- iv. Pena de multa, pelo mínimo, isto é **€500 (quinhentos euros)** – aplicada ao abrigo
do disposto no artigo 28.º do Regulamento Antidopagem UVP-FPC.

Lisboa, 28 de dezembro de 2018.

A Instrutora,



(ISA DE ALMEIDA FILIPE)



Processo n.º03/18_UVP-FPC

ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC

A. Identificação e Instrução

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 03/09/2018, contra o ciclista seu filiado XXXXXX, portador da licença n.º XXX tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática de uma infração disciplinar, prevista na alínea a) do n.º2 do art.º 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto), consubstanciada na presença da substância proibida não específica «Metandienona» no líquido orgânico (urina) recolhido ao ciclista/arguido no controlo realizado no dia XXX, fora de competição.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exma. Senhora Dr.ª Isa de Almeida Filipe que, após elaborar o relatório final (fls. 124 a 142), entregou os autos ao Presidente deste Conselho, para decisão.

Estão presentes dois dos três membros efetivos do Conselho de Disciplina (falta o vogal Dr. André Martins, que não se encontra presente por motivos pessoais), tendo-se verificado que o arguido está sujeito ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (n.º 3 do art.º 59.º da Lei n.º 38/2012), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

B. Fundamentação

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante e incindível da presente decisão.



C. Decisão

Depois de analisado e discutido todo o processo, os membros deste Conselho decidem, por unanimidade, aplicar ao ciclista/filiado XXXXXXXXXXXX as seguintes sanções cumulativas:

- i. Pena de dois anos de suspensão da atividade desportiva, por resultar provada a prática de uma infração ao disposto no art.º 3.º, n.º2, alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto, punida no termos do artigo art.º 61º, nº 1, alínea b) da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e dos art.º 16.º, n.º1, e 17.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC);
- ii. Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia XXX (art.º 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e art.º 26.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC); e,
- iii. Sanção de multa fixada em €500,00 (art.º 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).

Acresce notar que, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 69.º n.º2, o período de suspensão começa a contar-se desde a data em que o arguido foi suspenso preventivamente (isto é, desde o dia 03/09/2018). E, como tal, o arguido não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 02/09/2020.

Notifique-se ao arguido, na pessoa do seu mandatário, juntando-se em anexo, como parte integrante da decisão, cópia do Relatório Final de Instrução. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 28 de Dezembro de 2018

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).